

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E OS POVOS INDÍGENAS – DESAFIOS DO BEM VIVER INDÍGENA: experiência de consulta participativa na Terra Indígena Pirakuá (Etnia Kaiowá Guarani – Mato Grosso do Sul)

Renata Oliveira Costa

Resumo

O Brasil é um dos países que mais avançaram no cumprimento das metas dos Objetivos do Milênio (ODM). As conquistas no país devem-se à implantação de políticas públicas que priorizaram as metas estabelecidas e ao engajamento dos diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil. O grande desafio, no entanto, continua sendo a desigualdade nos resultados entre as populações e entre as regiões do país.

Os oito objetivos do milênio, foram construídos e pactuados inicialmente por 189 países no ano de 2000, para serem cumpridos até o ano de 2015. Porém, de acordo com estudiosos das questões indígenas no Brasil e na América Latina, esses objetivos não incluem aqueles povos que possuem direitos coletivos, pois são objetivos que levam em conta apenas os direitos do indivíduo.

Os povos indígenas estão dentre os grupos populacionais mais vulneráveis às desigualdades no alcance das metas. O país possui muitos desafios a enfrentar para superar os indicadores. O maior deles é a descolonização dos povos indígenas em toda a América Latina. Nesse sentido, os povos indígenas sempre estiveram em uma posição de discriminação e marginalidade do sistema vigente. De acordo com o longo processo histórico, a grande maioria das políticas públicas elaboradas para atender suas necessidades estiveram voltadas à sua integração à cultura dominante.

Por isso, inspirados na experiência da Colômbia (2013), onde os Objetivos do Milênio foram ampliados, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), junto à Secretaria de Governo da Presidência da República e à consultora Renata Oliveira Costa, com a valorosa contribuição da ASCURI (Associação Cultural de Realizadores Indígenas), iniciaram a discussão sobre a ampliação e inclusão das populações indígenas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com novas metas a serem atingidas até o ano de 2030. Além disso, propuseram uma metodologia de consulta aos povos indígenas sobre os ODS.

O trabalho foi realizado junto a uma das populações indígenas mais vulneráveis do país: os Kaiowá Guarani, do MS. Essa etnia vem passando por grandes enfrentamentos em sua região, principalmente em relação à pressão do agronegócio sobre seus territórios tradicionais. Como resultado de um processo histórico colonizador, os indígenas enfrentam a fome, a falta de água, a miserabilidade, a marginalidade, o preconceito, a violência e a falta de perspectivas de sustentabilidade, além da extrema dependência de ações governamentais emergenciais, como a distribuição de cesta de alimentos. O objetivo desse artigo é demonstrar o passo a passo da metodologia utilizada durante o trabalho, quando foram construídos os Objetivos do Bem Viver (*Ñhandereko*) de acordo com os moradores da Terra Indígena Pirakuá (Bela Vista – MS).

Palavras-chave: Bem viver indígena; Kaiowá; Políticas públicas; ODM/ODS

Apresentação

A Colômbia apresentou às Nações Unidas em 25 de maio de 2013 sua proposta de revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de acordo com uma perspectiva indígena, com o objetivo de reconhecer sua identidade e oferecer um modelo alternativo de desenvolvimento para a sustentabilidade do planeta. A publicação é intitulada "A outra visão: povos indígenas e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, ODM" e traz cinco objetivos do Milênio indígenas, que são:

- Proteção e defesa do território indígena
- Autodeterminação e governo próprio
- Desenvolvimento próprio, bem viver, equilíbrio e harmonia
- Consulta previa, consentimento livre e informado
- Redesenho institucional do estado

Esses objetivos foram construídos após longa consulta pública, a partir de uma metodologia participativa, que teve a efetiva participação de instituições como a ONIC (Organización Nacional Indígena de Colombia), CIT (Confederación Indígena Tayrona), OPIAC (Organización de los pueblos Indígenas de la Amazonia Colombiana), assim como de autoridades tradicionais indígenas da Colômbia e em particular do CRIC (Consejo Regional indígena del Cauca).

No Brasil, uma experiência foi realizada na Terra Indígena Pirakuá, etnia Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Em um processo de dois anos e meio, foram elencados cinco objetivos do bem viver indígena, os quais descreveremos no final.

Os instrumentos: ODM, ODS, Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), por sua vez, originalmente foram concebidos em um número de 8, com 18 metas e 48 indicadores, se traduzem da seguinte forma:

1. Acabar com a Fome e a Miséria
2. Educação Básica de Qualidade para todos
3. Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher
4. Reduzir a Mortalidade Infantil
5. Melhorar a Saúde das Gestantes
6. Combater a Aids, a Malária e outras doenças
7. Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente
8. Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento

De acordo com o informe de 2014 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Nações Unidas: Nova York, 2014), se estabeleceram metas concretas a partir de uma visão inovadora para melhorar as condições de vida das pessoas e também para salvar a vida daquelas afetadas por diversas doenças e pela fome. Assim, após 14 anos de intenso trabalho, foram alcançadas importantes metas em todos os objetivos, em alguns casos antes mesmo do ano de 2015, prazo final para o alcance das metas. Nesse sentido, diversas metas foram alcançadas, como:

- *a pobreza do mundo foi reduzida pela metade;
- *grandes avanços foram realizados na luta contra a malária e a tuberculose;
- *2.300 milhões de pessoas obtiveram acesso a uma fonte de água potável;
- *em todas as regiões em desenvolvimento é possível verificar a multiplicação das matrículas de meninos e meninas nas escolas primárias;
- *segue aumentando a participação política das mulheres.

Ainda assim, todos os países interessados deverão continuar fazendo esforços concentrados em áreas onde os avanços não foram rápidos e onde a população continua necessitando de auxílio, pois:

*a sustentabilidade da biosfera continua ameaçada;

*a fome continua diminuindo, mas continua presente no mundo;

*uma em cada quatro crianças no mundo ainda sofre de desnutrição;

*é necessário alcançar mais avanços no combate à mortalidade infantil e à mortalidade materna;

*mais avanços no combate e tratamento da AIDS devem ser feitos;

*é necessário combater o alto índice de abandono da escola por parte das crianças em fase de alfabetização.

De acordo com o quinto Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, elaborado e apresentado pelo Governo Brasileiro em maio de 2014, a ampliação do diálogo entre as instâncias do governo e a sociedade civil, fortaleceu os canais de participação social tanto para a tomada de decisões e construção de ações governamentais, quanto para o acompanhamento e monitoramento das políticas. Esse processo de diálogo se deu em espaço formais – conselhos, conferências, ouvidorias e audiências públicas – e também por meio de plataformas digitais e redes sociais. O processo de acompanhamento dos ODM foi realizado com a participação de lideranças políticas, sociais, empresariais e comunitárias, por meio de núcleos estaduais, regionais e municipais de ODM.

Em todo o processo, foi dada uma atenção especial às crianças em situação de vulnerabilidade. A redução da mortalidade infantil foi significativa devido a uma combinação de ações em saúde, como a oferta de vacinas gratuitas a todas as crianças, a distribuição de suplementos de vitamina A e de sulfato ferroso, assim como a maior importância das crianças no cálculo dos benefícios recebidos pelas famílias no Programa Bolsa Família. Ainda assim, na Região Centro-Oeste, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil caiu de 34,3% em 1990 para 15,5% em 2011. A mortalidade infantil quando vista em nível nacional, caiu de 47,1% em 1990 para 15,3% em 2011, tendo, portanto, uma redução proporcionalmente maior que aquela verificada em nível regional.

Embora ainda precários, os dados disponíveis, em diversas situações, indicam taxas de mortalidade três a quatro vezes maiores que aquelas encontradas na população brasileira em geral. A comparação dos indígenas com a situação registrada para o

restante da população brasileira evidencia uma notável desigualdade, que se inicia pela própria escassez de dados demográficos e epidemiológicos sobre o segmento indígena e se estende aos seus indicadores de saúde e nutrição, invariavelmente piores que aqueles registrados entre o restante da população do país.

A elevada frequência com que se observam nas comunidades indígenas condições sanitárias inadequadas, problemas com a produção e o acesso a alimentos, níveis elevados de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, entre outros fatores, expressa um panorama amplamente favorável à ocorrência de problemas nutricionais entre os povos indígenas. A despeito do aumento do número de pesquisas sobre o tema nas últimas duas décadas, ainda assim, os conhecimentos sobre as condições de alimentação e nutrição das sociedades indígenas do Brasil são muito limitados.

De acordo com a reportagem feita pela BBC Brasil, escrita por João Fellet, e publicada em 24 de fevereiro de 2014,

(...)comparações entre os padrões de morte dos índios e dos demais brasileiros em 2011, último ano em que há dados gerais disponíveis, revelam outras grandes discrepâncias. Enquanto entre os índios as mortes se concentram na infância e só 27,4% dos mortos têm mais de 60 anos, na população geral os com mais de 60 respondem por 62,8% dos óbitos. Nas últimas décadas, avanços no sistema de saúde reduziram as mortes por doenças infecciosas e parasitárias entre os brasileiros para 4,5% do total. Entre os índios, o índice é de 8,2%. Hoje quase a metade das mortes no Brasil se deve a doenças mais complexas e difíceis de tratar: problemas no aparelho circulatório (30,7%) e câncer (16,9%). Já entre os índios doenças respiratórias, como gripes que evoluem para pneumonia, ainda são a principal causa de morte (15,3%). Cânceres respondem por apenas 2,9% dos óbitos entre indígenas. Segundo uma apresentação da Sesai, a taxa despencou de 74,6 para mil nascidos vivos, em 2000, para 47,4, em 2004. No entanto, de 2004 a 2011, o índice diminuiu em velocidade bem menor, para 41,9. No Brasil, a mortalidade infantil em 2011 foi de 15,3. E diferentemente do histórico entre os índios, o índice nacional segue baixando em ritmo uniforme. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140221_sub_mortes_indios_pai_jf (acessado em 26/03/2016).

Portanto, os desafios continuam sendo múltiplos e devem ser enfrentados de acordo com sua diversidade. Também por isso, a agenda mundial para o desenvolvimento após o ano de 2015 foi pensada a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, de forma a integrar as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Reformulados em 17 novos objetivos mundiais, os chamados ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) são:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável;

3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
 4. Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos;
 5. Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
 6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos;
 7. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos;
 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
 9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;
 10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;
 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
 12. Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis;
 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;*
- *Reconhecendo que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) é o principal fórum internacional e intergovernamental para negociar a resposta global à mudança do clima.
14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade;
 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
 17. Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Como pode ser visto, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são mais amplos e inclusivos, sendo uma das metas erradicar a pobreza em todas as suas formas até 2030. A definição dos ODS baseou-se em um processo de consultas abertas e de

pesquisa global, coordenado pelas Nações Unidas, com a participação de 1,4 milhões de pessoas de mais de 190 países. Governos, sociedade civil, setor privado, universidades e instituições de pesquisa contribuíram ou pessoalmente ou por meio de oficinas ou ainda por meio da plataforma My World, disponível na internet. A proposta foi aprovada no dia 25 de setembro de 2015, na sede das Nações Unidas, em Nova York (EUA), por 193 países. As 169 metas construídas para os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável vão precisar de um esforço conjunto dos países membros, incluindo o desenvolvimento de políticas nacionais mais fortes e focadas no alcance das metas globais.

Um longo processo de consulta à sociedade civil foi iniciado em 2014, atingindo mais de 3,5 milhões de pessoas em todo mundo, de forma a verificar quais metas seriam propostas nesse diálogos globais. Um total de 20 indígenas de diversas áreas do Mato Grosso do Sul participaram de uma oficina de consulta, realizada na Terra Indígena Panambizinho, município de Dourados, no dia 05 de abril de 2014. Um curta-metragem foi feito pela Associação Cultural de Realizadores Indígenas (ASCURI) como produto da consulta. O vídeo pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=GN0JQ1BOjEQ>

De forma geral, dois instrumentos elaborados pelos países membros das Nações Unidas, orientam e tentam regular a atuação dos governos, iniciativa privada e sociedade civil para com os Povos e Comunidades tradicionais (termo utilizado no Brasil). São elas a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos Povos Indígenas e a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos Povos Indígenas constitui-se em uma resolução aprovada pela Assembleia Geral da ONU no dia 13 de setembro de 2007, com o propósito principal de recomendar aos países membros a necessidade de garantir os direitos de seus povos originários. Os povos indígenas que puderam participar da construção da declaração e sua posterior aprovação, sentiram-se empolgados com as possibilidades de modificação dos sistemas jurídicos, legislativos e executivos de seus respectivos Estados-Nação. Porém, após quase vinte anos de adoção da declaração pelos países membros (inclusive aqueles que inicialmente não se aderiram a ela – Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia), os povos indígenas continuam tendo como maior desafio o cenário, nem sempre favorável, de proteção e promoção de seus direitos humanos na maioria dos sistemas judiciais, políticos e legislativos dos Estados-nação. Assim, para a grande maioria dos indígenas no mundo, a adoção da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos Povos

Indígenas não significou mudanças significativas em suas condições de vida. Ainda assim, no nível internacional, seguem sendo realizadas as sessões anuais do Fórum Permanente sobre as Questões Indígenas em Nova York (EUA) e do Mecanismo de Especialistas sobre Direitos dos Povos Indígenas no âmbito do Conselho de Direitos Humanos em Genebra (Suíça). Durante a reunião de 2015 do Fórum Permanente sobre Questões indígenas, os representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) leram uma carta denunciando as violações de direitos humanos dos povos indígenas no Brasil, que provocou um debate de 30 minutos entre os participantes da reunião. A carta foi lida por um membro da etnia Terena, originário do Mato Grosso do Sul, sendo que dentre os participantes brasileiros, havia um representante da etnia Kaiowá Guarani. O Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas também pode receber denúncias de violação de direitos humanos. Seu mandato consiste em: compilar informações sobre violação de direitos humanos dos povos indígenas, formular recomendações sobre medidas para evitar e reparar tais violações; além de trabalhar em estreita cooperação com outros procedimentos e organismos do Sistema Nações Unidas.

Já a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi aprovada em 1989, durante a 76ª Conferência e é o instrumento internacional vinculante mais antigo que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo. O Brasil ratificou a Convenção 169 por meio do Decreto Legislativo nº 143, em vigor desde 2003. Em 2005, o país apresentou seu primeiro relatório de implementação, comprometendo-se com a implementação integral deste instrumento internacional. A experiência acumulada da OIT – única agência da ONU da qual participam diretamente atores não-governamentais, devido à sua formação tripartite – demonstra a importância de haver instâncias diferentes das nacionais para discutir o alcance e o conteúdo dos direitos humanos em sua aplicação concreta. Em matéria de direitos indígenas, o Brasil abandonou o paradigma assimilacionista a partir da Constituição Federal de 1988. No entanto, ainda não conseguiu aprovar a legislação infraconstitucional que regula os dispositivos constitucionais sobre o assunto. Tanto que, o projeto de lei do Estatuto dos Povos Indígenas espera por aprovação há quase 15 anos no Congresso Nacional. Portanto, a Convenção 169, introduzida no Brasil como lei, tem valor especial para o país, pois passou a ser um marco regulatório mais harmonioso com a Constituição, tendo a vantagem de contar com o reforço do Sistema Internacional para exigir a sua aplicação. O direito de consulta prévia, estabelecido na 169, constitui inovação para a legislação brasileira e representa uma oportunidade para a

construção conjunta de novas regras de entendimento entre povos indígenas e o Estado-nação. No ano de 2013, como realização das ações da OIT Brasil no Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional para Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil (PCSAN), financiado pelo Fundo para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM), a Convenção 169 foi traduzida e publicada em três línguas indígenas: Ticuna (Alto Solimões – AM), Terena (MS) e Kaiowá Guarani (MS). A Convenção 169 foi traduzida por professores indígenas e mais de 20 mil exemplares publicados e distribuídos em diversas ocasiões. As traduções podem ser acessadas para escuta em:

Terena: <http://www.iteia.org.br/audios/convencao-169-da-oit-lingua-indigena-brasileira-terena>

Kaiowá Guarani: <http://www.iteia.org.br/audios/convencao-169-da-oit-ling-indigena-brasileira-guarani-kaiowa>

O conceito de bem viver

Apesar de todos esses instrumentos e ferramentas, a diversidade étnica e cultural das Américas como um todo não se vê refletida nas metas e objetivos finalizados (ODM), nem os que estão para serem cumpridos (ODS). Apesar de invocarem os direitos humanos e a promoção de uma cultura de paz e do diálogo em/com todas as civilizações, estas são menções retóricas e que muito pouco contribuem de fato com os propósitos de acabar com as desigualdades existentes entre os Estado-Nações e entre as populações residentes neles.

A maior questão refere-se ao tipo de desenvolvimento que se quer promover e sobre qual significado de pobreza os acordos se referem. A partir do ponto de vista dos povos indígenas, esse tipo de discurso não combate os problemas estruturais que são vivenciados por eles desde o início da colonização das Américas. Assim, o modelo de desenvolvimento que os discursos anti pobreza e de erradicação da pobreza promove, não é questionado e, por consequência, não reconhece as perspectivas, preocupações, experiências, aspirações e visões de mundo dos povos indígenas. Ou seja, tanto ODM, quanto ODS não conseguem captar muitos dos critérios essenciais para um bem viver indígena: terras, territórios, recursos e conhecimentos tradicionais, assim como as próprias aspirações e percepções sobre o desenvolvimento.

Desse modo, o conceito de bem viver supera o tradicional conceito de desenvolvimento, introduzindo uma visão muito mais diversificada e também complexa.

O bem viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelêquia que rege a vida de grande parte da Humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo. Por outro lado, os países que assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais os sinais de seu mau desenvolvimento. E isso em um mundo em que brechas que separam ricos e pobres, inclusive em países industrializados, se alargam permanentemente. (ACOSTA, 2016, p.24)

Com essas perspectivas foi criada e executada a experiência de consulta aos Objetivos do Bem Viver Indígena entre os Kaiowá e Guarani. A Terra Indígena *Pirakuá* foi escolhida para acolher as oficinas por ser uma das únicas terras indígenas homologadas no Mato Grosso do Sul com frondosa mata nativa.

A Terra Indígena Pirakuá¹

De acordo com a história contada pela então liderança Marciano Ireño em uma das oficinas, a homologação da Terra Indígena *Pirakuá*, em 1992 apenas consolidou o assentamento das famílias *Kaiowá Guarani* que viviam nas proximidades da cabeceira do rio Apa. Diferente das demarcações realizadas com o intuito de aldear as famílias dispersas no território do atual Mato Grosso do Sul, como são os casos de Amambai, Caarapó e Dourados (dentre outras cinco áreas), a Terra Indígena *Pirakuá* foi uma demarcação baseada na resistência de famílias indígenas que tinham aquele como seu lugar de origem. Apesar de não terem conseguido toda a área que é considerada original pelos moradores, a ideia de que *Pirakuá* é uma “terra de resistência” e não uma “terra de retomada” é sempre reforçada por seus moradores. Outro fato importante pontuado por Marciano, foi a participação de Marçal de Souza *Tupã'i*, importante liderança Guarani (*Ñhandeva*) que foi assassinado em 25/11/1983, por fazendeiros na Terra Indígena *Ñhande Ru Marangatu* (também conhecida como Campestre), vizinha à *Pirakuá*. Segundo relatos históricos, Marçal denunciou, inclusive em encontro com o Papa João Paulo II, o vilipêndio sofrido pelos Guarani em Mato Grosso do Sul e se comunicou com as famílias de *Pirakuá* recomendando que resistissem e não saíssem daquela região.

A Terra Indígena Pirakuá da etnia Kaiowá foi demarcada em 1986 e homologada somente em 1992, com uma área de 2.384 hectares, no município de Bela Vista/MS.

¹ Texto criado em parceria com Gerson Lopes, graduado em Ciências Humanas pela Licenciatura Indígena Teko Arandu, da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (FAIND/UFGD)

De acordo com dados da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), são 120 famílias vivendo na aldeia, totalizando aproximadamente 500 pessoas (2015).

O sustento das famílias é retirado das roças, de benefícios sociais do estado e das aposentadorias rurais. A prática da caça e da pesca ainda é bastante utilizada na aldeia, complementando assim, o sustento das famílias.

Conforme a história contada pelos mais velhos, antigamente o jeito de viver dos *kaiowá* era bastante diferente se comparado aos dias atuais, espalhavam-se pelos seus territórios subdividindo-se por grupos familiares onde moravam todos juntos em *ongusus* (casas grandes ou casas de reza). Em cada *ongusu* sempre havia chefes de família, o mesmo era responsável por orientar a prática da agricultura, caça, pesca e principalmente conduzir a família para o *teko porã* (viver bem).

Os trabalhos eram subdivididos entre as mulheres e os homens. Por exemplo, os homens responsabilizavam-se pelo plantio das roças, enquanto as mulheres cuidavam da educação dos filhos e do preparo dos alimentos. A economia indígena se destaca bastante através do sistema de troca, onde determinados grupos familiares faziam a troca de alimentos entre si ou simplesmente presenteavam os parentes que os visitavam, pois isso era uma grande honra.

A forma como resolviam os seus problemas sem gerar conflitos entre si é bastante interessante. Devido ao fato de os territórios não serem tão limitados podiam facilmente se deslocar para outros lugares construindo uma nova morada, resolvendo os problemas entre grupos familiares e formando assim um novo núcleo familiar. Tinham também o costume do *oguata* (caminhada), esta prática era bastante utilizada para visitar os seus parentes participando de festas como batismo de crianças, do milho verde, *kunumi pepy* (iniciação de crianças a partir da perfuração dos lábios) e do *guachire* (dança). Para realizarem estes encontros era preciso que o dono da casa tivesse bastante plantação, principalmente de milho e mandioca. Por isso, realizavam esta tarefa através do *potirõ* (trabalho coletivo), onde grupos familiares aliados ajudavam durante o plantio, na limpeza da roça e colheita. Os visitantes ao retornarem para suas aldeias levavam consigo alguns mantimentos fornecidos por aquela determinada família e sementes de plantas, mantendo assim os laços de boa relação entre as famílias extensas.

A consulta – metodologia utilizada

O processo de consulta aos Objetivos do Bem viver indígenas, dentre os Kaiowá Guarani da Terra Indígena Pirakuá, deu-se em um período de dois anos e meio, entre outubro de 2014 e janeiro de 2016. Foi um processo de construção conjunta de

conhecimentos entre os mais velhos e os mais jovens da comunidade, o que permitiu a mediação de diversos conflitos existentes e/ou latentes no cotidiano de Pirakuá. Passaremos a demonstrar agora o passo a passo da metodologia utilizada durante o trabalho, explicitando que essa metodologia por si só é orgânica e deve ser modificada a partir da realidade de cada caso em que for utilizada.

A metodologia experimentada em Pirakuá, se modificava de acordo com as demandas e acontecimentos na comunidade. O etnomapeamento, por exemplo, é uma metodologia que surgiu como demanda inicial para o conhecimento das áreas mais afastadas da comunidade, de forma a entender suas dinâmicas socioambientais. O entendimento sobre essas dinâmicas, pretenderam levar não somente os propositores da oficina à reflexão, mas também os próprios membros da comunidade onde a metodologia foi formulada. A autorreflexão sobre o espaço habitado, nesse caso, serviu como ponto de partida para a reflexão sobre o bem viver Kaiowá em Pirakuá.

O uso de metodologias inspiradas no conhecimento de Paulo Freire, quais sejam aquelas relacionadas à uma educação libertadora ou aquelas relacionadas aos conhecimentos dos meios social, político, ambiental e cultural em que vivem as pessoas com as quais se atua, também foram utilizadas durante o processo.

Por isso, esse relato é também um guia de ferramentas metodológicas que podem ser utilizadas de modo participativo com as comunidades indígenas.

A cada oficina, o aprendizado sobre as formas de participação social entre os Kaiowá aumentava, possibilitando a maior qualidade no diálogo com a comunidade.

Os desafios logísticos também foram grandes, pois o difícil acesso à comunidade, potencializado pelas dificuldades de trânsito nas estradas e pontes da região, além da quantidade de alimentos e ferramentas didáticas que levávamos a cada oficina, também possibilitou o aprendizado de que o planejamento nesses casos deve ser orgânico e dinâmico.

Passo 1:

Em um primeiro momento foi preciso identificar os atores que apoiaram a realização das oficinas, assim como identificar os locais onde puderam ser realizadas as oficinas. É importante encontrar lugares o mais neutro possível e que sejam pensados de forma coletiva. Caso não haja apenas um lugar que represente a comunidade, é preciso dividir a oficina em duas ou mais etapas, de forma a respeitar a divisão comunitária e também contemplar o maior número de pessoas.

A identificação de parceiros locais para participar da oficina também foi importante, porém a ideia é que esses parceiros sejam o menos institucionalizados possível, posto que deve ser preservada a autonomia indígena na construção das ideias e dos conhecimentos. No caso da oficina em *Pirakuá*, a ASCURI foi importante parceira para a maior receptividade da comunidade para com a equipe, participando ativamente de todos os passos da metodologia e produzindo o curta metragem que pode ser visto em:

https://www.youtube.com/channel/UC_EvIOBMTbte94t3YtJWT_Q/videos?shelf_id=0&view=0&sort=dd

Passo 2:

Convite à comunidade e explicação da metodologia. É muito importante entrar em acordo com relação às datas das oficinas, pois não é ideal forçar as datas mais propícias a apenas uma parte dos interessados. Nesse caso, os moradores da localidade são os atores sociais mais importantes de estarem de acordo com as datas (ou períodos) marcados para as oficinas. Igualmente importante é tentar ao máximo manter as datas acordadas para manter a confiança junto à comunidade.

Para a oficina de Pirakuá, foi realizada uma visita inicial em outubro de 2014, com a participação de representantes do Governo Federal (Secretaria de Governo da Presidência da República), do PNUD e da ASCURI, quando a comunidade aceitou participar do processo de consulta.

Passo 3: Oficina 1 – informações iniciais sobre os ODM/ODS, diagnóstico socioambiental realizado em conjunto com a comunidade e a partir de pesquisas anteriores à oficina. É muito importante saber sobre o lugar e as pessoas que ali residem, assim como confirmar determinadas informações in loco. A participação dos jovens em diálogo com os mais velhos da comunidade é de extrema importância para o sucesso da oficina. Nesse primeiro momento, deve-se elencar algumas questões chave, de acordo com as necessidades da área a ser trabalhada, e pedir para que os mais velhos contem histórias, conversem com os mais jovens sobre aquele determinado assunto. Divididos em grupos, com orientadores locais que falem a língua local (no caso de povos indígenas), de acordo com as áreas que se vive na comunidade, ou de acordo com a família ou a proximidade, dependendo de cada caso. Por isso é importante elencar os atores que irão dar as dicas para que não aconteçam deslizes como o de reunir no mesmo grupo famílias rivais ou dar prioridade a grupos

familiares que já se encontram em situação privilegiada com relação aos outros. Nesse momento, escutar é mais acertado que falar e, quando falar, analisar muito bem o que será dito. O recurso de elencar orientadores locais e redatores também locais para cada grupo é extremamente importante para a continuidade do trabalho. Valorizar esses orientadores e transformá-los em interlocutores do diálogo entre os mais velhos e os mais novos, mas também dar-lhes um certificado ou demonstrar de alguma forma gratidão pelo trabalho.

No caso de *Pirakuá*, levamos representantes de outras terras indígenas *Kaiowá* e Guarani para realizar a interlocução, além de termos pedido aos professores da Escola Indígena de Pirakuá para serem orientadores dos grupos e relatores da oficina. A comunidade escolar participou durante todas as oficinas da consultoria e mostrou-se interessada em dar continuidade aos temas, abordagens e metodologias utilizadas.

Os temas abordados em Pirakuá e que se mantiveram durante todo o processo foram: Sementes Tradicionais; Preparação de Roças Tradicionais; Saúde Tradicional; Educação Tradicional e Alimentação Tradicional.

Passo 4: Oficina 2 – reconhecimento do diagnóstico socioambiental em campo. Nesse momento é importante que os jovens sigam os passos dos mais velhos e que estes, por sua vez, proponham lugares de importância tradicional, ambiental, territorial, espiritual, sociopolítica, assim por diante, que possam ser visitados em conjunto por todos. A equipe da consultoria deve preparar com antecedência os mapas da área trabalhada para que aja a divisão em grupos e que cada grupo possa visualizar a região que será visitada. Ideal é que os grupos sejam variados e que não visitem os lugares onde moram. Porém, se isso for inevitável ou gerar muito conflito entre os grupos não há problema. O importante é que tenham participação e que suas decisões e divisões sejam protagonizadas pela própria comunidade. O campo deve durar pelo menos um período do dia, mas se precisar que seja mais de um período, é necessário que a equipe providencie provimentos para o grupo, como comida, água, ferramentas, chapéu, bota, no caso de visita a locais de mata fechada, ou outros produtos que sejam importantes para a segurança da comunidade.

Passo 5: Oficina 3 – Reunir as informações produzidas em campo, de forma a serem visualizadas pela comunidade. Mapas, fotos e vídeos podem ser boas opções para demonstrar o que foi produzido durante as duas outras oficinas. Nesse momento, os temas devem ser selecionados de acordo não somente com as demandas da

comunidade, mas também com suas potencialidades e fragilidades. Importante nesse momento é mostrar o que foi produzido durante as oficinas e pedir para que a comunidade, novamente dividida em grupos, com monitores, relatores e orientadores mais velhos, elenquem as fragilidades e potencialidades de cada área trabalhada, de forma a confirmar as informações sistematizadas pela consultoria durante as oficinas.

Passo 6: Reunião fora da área de estudo, com parceiros institucionais e pesquisadores de temas elencados como prioridade, para mostrar a metodologia até então realizada e ampliar a discussão sobre como pode ser feita esse tipo de consulta aos povos indígenas. É muito importante que pessoas e instituições da localidade de estudo possam participar desse momento. A ideia de ser fora da área de estudo contempla a importância de se distanciar um pouco da realidade cotidiana, obtendo assim um olhar de fora do processo realizado.

Passo 7: Formulação e revisão das prioridades do Bem Viver para a etnia em questão. Nessa fase, mais uma oficina deve ser organizada, sendo levado à comunidade as informações já sistematizadas sobre as prioridades, objetivos e diagnósticos, para que se formulem os textos dos objetivos ou prioridades do bem viver, de acordo com tudo o que já fora construído e discutido.

Passo 8: Finalização com publicação e, dependendo do local trabalhado, um vídeo com o relato das oficinas. Essa publicação deve ser mostrada e discutida com a comunidade antes de ser finalizada, afinal, os indígenas, nesse caso não somente protagonizam as ações, mas principalmente são autores de toda a produção. A publicação não necessariamente precisa ser em forma de texto, mas pode ser em qualquer outro tipo de iconografia que represente a produção conjunta da comunidade.

As prioridades para o bem viver da comunidade Kaiowá de Pirakuá

A seguir passaremos a explicitar quais foram as prioridades elencadas para o bem viver indígena da Terra Indígena Pirakuá.

1) Autonomia com sustentabilidade

A autonomia não é algo que se busca por meio de políticas públicas, mas sim por meio de fortalecimento e valorização da identidade cultural, por isso aparece como primeira prioridade do bem viver Kaiowá. No caso de Pirakuá,

esse processo vem se delineando não somente pelo distanciamento da cidade e de suas influências, mas também por Pirakuá ser uma terra de forte resistência, onde diversas famílias mantem-se por meio dos recursos encontrados ali. É sabido que no Brasil a contribuição das terras indígenas para a preservação do meio ambiente é significativo e Pirakuá tem uma das maiores extensões de mata preservada do cone sul do Mato Grosso do Sul. Portanto, os Kaiowá que vivem em Pirakuá matem-se vivendo de forma sustentável e assim desejam manter sua autonomia.

2) Educação tradicional

De acordo com os relatos de Pirakuá, o grande desafio da educação escolar indígena é ensinar os alunos a partir de conhecimentos próprios à realidade local. Por isso a Educação Tradicional aparece como prioridade do bem viver Kaiowá. O importante, nesse raciocínio é ensinar a partir do conhecimento tradicional e também a partir dele ter uma reflexão maior sobre o território onde se vive. Então a escola ainda tem que entrar de fato na educação da aldeia. Ou seja, a escola tem que entrar na aldeia e não é a aldeia que tem que entrar na escola.

3) Gestão política autônoma

O processo político autônomo das comunidades Kaiowá foi interrompido pelo processo assimilacionista impetrado pelo Estado Brasileiro desde meados do século XX. A Gestão política autônoma aparece como prioridade devido à grande violência sofrida pelos povos indígenas por causa da imposição dessa política de Estado. Retomar essa gestão, mesmo que com algumas adaptações necessárias e diferenciações entre uma comunidade e outra, é ponto principal para o bem viver Kaiowá.

4) Segurança Alimentar

Aqui a Segurança Alimentar aparece como prioridade em todos os seus aspectos, pois ela é importante desde a conservação e manutenção das sementes tradicionais, passando por seu plantio adequado de forma a fornecer um alimento digno e saudável às crianças e adultos das comunidades. Nesse sentido, a pressão do agronegócio sobre as terras indígenas do estado deve ser controlada e o sistema agrícola brasileiro repensado, de forma a reincluir os preceitos de uma agricultura sustentável, livre de agroquímicos e livre de transgenias, que beneficiam apenas as grandes corporações mundiais.

5) Valorização das práticas tradicionais na saúde indígena.

Essa expressão surgiu durante as oficinas devido à necessidade de repensar as relações entre as estruturas de saúde que chegam de fora da comunidade com aqueles que resistem dentro das comunidades. Ou seja, o Kaiowá, de forma geral, sofre muito com as precárias condições de saúde, principalmente as crianças, que são a parte mais frágil a serem consideradas. Sabedores dessa fragilidade, os Kaiowá de Pirakuá entendem que é prioridade de seu bem viver a valorização das práticas tradicionais de prevenção e combate à doenças que são conhecidas em sua cultura e que essas devem estar em consonância com o sistema trazido de fora da comunidade.

Considerações Finais

Inúmeros integrantes de outras etnias indígenas indagaram em diversos momentos se a consulta seria também feita em suas aldeias. Especificamente, nos trabalhos de mobilização sobre os ODM e em transição para os ODS, os núcleos regionais de Roraima, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás apresentaram interesse. Reforçamos a ideia da necessidade de continuidade desse trabalho de consulta e reforçamos também a necessidade que esse trabalho seja localizado, ou seja, realizado por especialistas em cada uma das Terras Indígenas. A generalização da metodologia é perigosa, assim como sua aplicabilidade pode ser comprometida, caso seja feita apenas como um levantamento de demandas. Há também que se destacar a participação de membros locais (institucionalizados ou não) que possam fazer o contraponto àquelas demandas que os não indígenas acreditam ser verdadeiras, possibilitando, assim, o caráter de autonomia plena nas decisões das comunidades. Para a aplicação em áreas de conflito, há a necessidade de adaptação aos preceitos de gestão de conflitos socioambientais, sendo importante a interlocução, nesses casos, com os interesses de fora das Terras Indígenas, assim como promoção do diálogo entre os diversos interessados. Importante frisar também que para a aplicação em outros povos e comunidades tradicionais, faz-se necessário uma adaptação um pouco mais intensa, devido às diferenças não somente socioculturais, mas também de interesses diversos aos dos povos indígenas. No entanto, ainda assim, acreditamos que o passo a passo esclarecido anteriormente já permite, por si só, a organicidade das oficinas e o levantamento sobre a realidade local realizado na primeira oficina da metodologia traz ao interlocutor/mediador as dicas para a adaptação da metodologia na fase posterior.

Importante também frisar que há a necessidade urgente de construção de indicadores voltados à realidade das comunidade para o alcance dos ODS não somente em nível nacional, mas também em nível regional e local.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante: São Paulo, 2016.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. **RELATÓRIO DA ÁREA INDÍGENA PIRAKUA**: Uma panorâmica sobre o problema e a Noção de terra Guarani no Mato Grosso do Sul. Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 1985.

BONILLA, Oiara; CAPIBERIBE, Artionka. **Isolados ou cadastrados: os índios na era desenvolvimentista**. Revista DR- Número 1 / 9 de março de 2015.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM**: uma avaliação crítica. 2014.

FORO INTERNACIONAL DE MUJERES INDÍGENAS - FIMI. **Pueblos Indígenas y ODM: Implementación de buenas prácticas para el empoderamiento de los pueblos indígenas**. Informe final, Junio 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014.

ISA, Felipe Gómez Isa; BERRAONDO, Mikel (eds.). **Los derechos indígenas tras la Declaración**: el desafío de la implementación. Universidad de Deusto: Bilbao, 2013

NOAL, Mirian Lange. **As crianças Guarani/Kaiowá: o mitã reko** na Aldeia Pirakuá/MS. TESE DE DOUTORADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2006.

ONU. Objetivos de Desarrollo del Milenio. Informe de 2014.

PRADO, José Henrique. **Através do prestígio**: atuação da chefia ameríndia entre os kaiowa da terra indígena pirakua. Dissertação de Mestrado. UFGD, DOURADOS, 2013.

Pueblos Indigenas e los ODM. Documento de trabajo y análisis. PNUD Colombia.

SANTOS, Ricardo Ventura; CARDOSO, Andrey Moreira; GARNELO, Luiza; COIMBRA Jr., Carlos E. A.; CHAVES, Maria de Betania Garcia. **Saúde dos povos indígenas e políticas públicas no brasil:** políticas e sistema de saúde no brasil

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Los pueblos originarios:** el debate necesario. Compilado por Norma Fernández. 1a ed. Buenos Aires: CTA Ediciones: CLACSO: Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2010.